



Flávio diz que pedirá anulação

Candidato do PL afirma não reconhecer derrota, por causa da prorrogação do horário de votação, e anuncia judicialização

» RAPHAEL PATI

Derrotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa virada histórica, o senador Flávio Bolsonaro (PL) disse não reconhecer a vitória do oponente — obtida com mais de 4 milhões de votos de diferença — e anunciou que vai pedir a anulação do pleito.

A principal justificativa para isso seria a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de prorrogar em duas horas o horário de votação em todo o país. O candidato disse que houve “falta de isonomia” com a determinação do magistrado, relator de um pedido do PT para prorrogar a votação no segundo turno em razão da falta de transporte público em três cidades da Bahia, incluindo a capital, Salvador.

“É inexplicável ter acontecido o que aconteceu. Inclusive nas palavras de algum ministro que a própria imprensa replicou, as eleições deveriam ter sido anuladas nas condições que as coisas aconteceram neste momento”, afirmou Flávio, em pronunciamento em Brasília, cercado de aliados.

Na sequência, o candidato derrotado disse ser “impossível” reconhecer o resultado das eleições “da forma como aconteceu” e que a campanha deve solicitar ao comitê jurídico um pedido de anulação do pleito. “Não vou aceitar que a regra do jogo tenha sido mudada em cima do jogo, mais uma vez, pelos amigos do Lula no Supremo

Tribunal Federal. É inexplicável isso ter acontecido”, acrescentou.

Durante o discurso, ele ainda acusou membros do TSE de expulsar os fiscais do PL que acompanhavam a votação de dentro da sala-cofre, onde todos os dados sobre as eleições são armazenados em computadores e onde está centralizada a apuração e totalização dos votos de todo o país.

“Os nossos fiscais do PL foram retirados de dentro da sala-cofre a partir do momento que essa eleição foi tomada. Então, tem muita coisa para ser esclarecida antes de o Brasil simplesmente reconhecer essa sacanagem que ocorreu nessas eleições”, completou.

Flávio esteve ao lado de aliados durante o momento do discurso, como governadores, senadores eleitos, deputados e outros membros que o ajudaram na campanha. Quando afirmou que pediria a anulação das eleições, foi ovacionado pelo grupo.

À imprensa, o ex-governador e agora senador eleito por Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), questionou a “inversão de papéis” entre STF e TSE, que teriam causado insegurança jurídica no processo. “Quem cuida das eleições no país, historicamente, sempre foi o TSE. Então, isso é algo que também precisa ser verificado, porque não se pode fazer tantas intromissões. O Supremo é o guardião da Constituição e tem que cuidar da nossa Constituição, e não ficar criando confusões com decisões que, no mínimo, parecem estranhas”, destacou.

Ed Alves/CB/D.A Press



O senador e agora deputado federal eleito Izalci Lucas (PL-DF) também questionou a medida adotada pelo ministro do STF. “Eu só sei que é muito estranho o Supremo passar por cima de uma decisão do TSE”, disse Izalci, que completou: “O que fizeram nessas duas horas? Ninguém sabe”.

Após a fala de Flávio, o empresário e influencer Pablo Marçal, que auxiliou a campanha do candidato do PL, principalmente no

segundo turno, endossou o coro pela judicialização e disse que as eleições ficaram “manchadas” com a decisão de Zanin.

O próprio Marçal divulgou um vídeo nas redes ainda durante a apuração em que comemorava o momento em que Flávio virava sobre o candidato do PT. No local onde a campanha acompanhava a contagem dos votos, no Lago Sul, inclusive houve fogos de artifício e música antes que o resultado

passasse a indicar uma nova virada, desta vez para Lula, quando cerca de metade das urnas já haviam sido contabilizadas.

A partir desse momento, o silêncio dominou na casa onde estavam também aliados, como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que, antes mesmo do início da apuração, criticou a decisão de Zanin. “A prorrogação só ajuda o time que está perdendo. Então, no caso hipotético de a

direita perder, saibam que os únicos que foram prejudicados com isso se chamam Flávio Bolsonaro e a direita do Brasil”, disse o deputado a jornalistas.

Mesmo com as declarações, a própria campanha do senador havia pedido ao STF a prorrogação do horário de votação, mas somente em São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Os três estados foram atingidos por fortes chuvas durante esses domingo.



É inexplicável ter acontecido o que aconteceu. Inclusive nas palavras de algum ministro que a própria imprensa replicou, as eleições deveriam ter sido anuladas nas condições que as coisas aconteceram neste momento. (...) Tem muita coisa para ser esclarecida antes de o Brasil simplesmente reconhecer essa sacanagem”

Flávio Bolsonaro, candidato do PL

Nunes Marques atesta lisura

» ALÍCIA BERNARDES
» RENATO SOUZA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, enfatizou, ontem, que as eleições transcorreram com segurança e sem alterações na totalização dos votos, apesar das dificuldades técnicas provocadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que prorrogou a votação até as 19h em todo o país.

Durante a coletiva de balanço do segundo turno, em Brasília, o magistrado destacou o trabalho das equipes técnicas para contornar os problemas operacionais e garantiu que a determinação do STF foi cumprida.

Segundo Nunes Marques, a decisão de estender o horário de votação exigiu medidas extraordinárias para preservar a segurança do sistema de totalização. Como a determinação foi proferida às 17h, milhares de urnas já haviam encerrado a votação e não poderiam ser reabertas por limitações de programação. Para evitar que os boletins de urna fossem recebidos antes do momento adequado, o TSE bloqueou temporariamente o fluxo de informações e precisou reorganizar o processamento dos dados. “Não sabíamos, ao certo, se teríamos armazenamento, a capacidade de armazenar todos esses dados”, afirmou. O ministro explicou que as equipes conseguiram contornar as dificuldades e retomar o recebimento dos pacotes de boletins de urna em ritmo considerado seguro após as 19h.

“Volto a dizer, não houve nenhuma alteração advinda da decisão judicial”, enfatizou. Ele ponderou, contudo, que a prorrogação de uma eleição precisa ser planejada e estruturada para evitar efeitos colaterais tecnológicos. Segundo o presidente do TSE, a Corte não dispunha de previsão normativa específica para ampliar o horário de votação e precisou buscar informações técnicas antes de avaliar a situação.

Essa foi a primeira vez, desde a redemocratização, que uma eleição no Brasil foi prorrogada para além do horário definido. A decisão partiu do Supremo Tribunal Federal (STF), e não do TSE — responsável por normatizar regras para a condução do pleito — por causa da demora de Nunes Marques em atender a um pedido de liminar e estendeu a votação. O despacho, histórico, criou um impasse para



Não houve nenhuma alteração advinda da decisão judicial. Houve prorrogação na forma em que foi decidida. O TSE cumpriu a decisão nos estritos termos em que ela foi proferida, e logo após demos fluência à totalização e à disponibilização. Então, temos absoluta segurança de todo o processo eleitoral”

Nunes Marques, presidente do TSE

o futuro. A Justiça Brasileira terá de definir como atuar em situações do tipo.

De acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, Nunes Marques foi informado da situação grave em Salvador, onde pelo menos 75 ônibus não saíram das garagens pela manhã em uma aparente tentativa da prefeitura de atrapalhar a chegada de eleitores até os locais de votação. No entanto, de acordo com essas fontes, o presidente do TSE decidiu que não iria atuar.

Enquanto Nunes Marques avaliava a situação, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decretou a prisão em flagrante de Pablo Souza, secretário municipal de Mobilidade de Salvador (Semob). Ele está em Paris, mas prometeu se apresentar hoje e entregar um relatório dizendo as medidas que foram adotadas para corrigir o problema e cumprir a legislação.

Posteriormente à decisão do TRE, o ministro Cristiano Zanin, atendendo pedido da coligação Brasil Pronto Pra Mais, integrada também pelo PT, decidiu que os eleitores teriam até duas horas a mais para votar. Em seguida, após a informação de que algumas urnas já estavam fechadas, ele decidiu que os locais em que a votação estava

encerrada não precisariam reabrir.

O direcionamento foi publicado após alertas ao magistrado de que a reabertura de urnas poderia criar insegurança jurídica irreversível. “Sem prejuízo das apurações necessárias oportunamente e suas consequências jurídicas, determino que a decisão seja cumprida nos locais onde as urnas não foram fechadas, com a posterior totalização dos votos nas condições enunciadas, sendo que, nas urnas que já foram fechadas os votos serão computados e totalizados, nos termos anteriormente mencionados”, destacou Zanin, no documento.

Passado o horário de fechamento das urnas, 17h, Nunes Marques manteve o posicionamento de não se manifestar. Só mais tarde, na coletiva sobre o balanço das eleições, ele comentou: “Estamos recebendo relatórios periódicos do TRE, que já diligenciou in loco para detectar o nível de ausência dos ônibus. Essa análise é feita pelo TRE e repassada ao TSE. Soube que já tem demanda no TSE, e todas as situações são analisadas a seu tempo”, disse. O ministro evitou citar especificamente a situação na capital baiana, mesmo sendo questionado mais de uma vez por jornalistas.

Sem citar Zanin, Nunes Marques acusou o Supremo de interferir no papel do TSE. Ele havia, inclusive, reunido-se com os demais ministros da Corte, a portas fechadas, para tratar da situação.

A resposta do presidente do STF, Edson Fachin, veio em nota institucional. “O Supremo Tribunal Federal, consciente de sua responsabilidade institucional, continuará a exercer suas atribuições com independência, imparcialidade, e fidelidade à Constituição, assegurando a proteção dos direitos fundamentais, a segurança jurídica e o acesso à Justiça, sempre nos limites de sua competência”, escreveu.

Fachin continuou: “É hora de transformar a legitimidade das urnas em compromisso com o futuro, as divergências em diálogo republicano e os desafios em oportunidades de construção coletiva. A Constituição é o nosso ponto de encontro. A democracia é o nosso compromisso permanente”, acrescentou. (leia sobre o balanço do TSE na página 8).

HELENA
DANIEL
GUSTAVO
AMANDA
HENRIQUE
CAMILA
ROBERTA

DOAR SANGUE FAZ BEM.
PRA QUEM RECEBE
E PRA QUEM DOA, TAMBÉM.

Quando a gente faz uma doação, seja ela de uma roupa que não nos serve mais, de um eletrodoméstico que acabamos de trocar ou de um valor em dinheiro, estamos levando alento, esperança e dignidade para quem precisa. Mas, quando doamos o nosso próprio sangue para alguém que nem conhecemos, estamos doando vida para quem mais precisa. Se você tem entre 16 e 69 anos, pesa mais de 50 kg, não possui comorbidades nem faz uso de drogas injetáveis ilícitas, procure o Hemocentro, faça a sua doação e ajude a salvar vidas.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL